



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

**Estudo Técnico Preliminar 2026
ÁREA REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Saúde**

1. DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (INCISO I)

A prevista aquisição das câmaras frias, para a armazenagem das insulinas na Central de Abastecimento Farmacêutico, baseia-se na RDC 430/2020 da Anvisa, que tem desempenhado um papel essencial na garantia da qualidade e segurança dos medicamentos, onde enfatiza a importância de todas as etapas da “Rede Frio”: armazenamento, conservação, manuseio, distribuição e transporte de produtos sensíveis à temperatura, como é o caso do medicamento termolábil. A norma exige sistemas de segurança e contingência para prevenir congelamento e desvios de temperatura, visando a estabilidade da medicação, evitando a perda de sua eficácia terapêutica, como é o caso da insulina que exposta a variações térmicas sofre degradação, colocando em risco a vidas dos pacientes diabéticos.

As câmaras frias, no seu funcionamento possuem estabilização de temperatura, funcionando com sistemas de controle e alarme ideais para evitar que a falta de energia causem perdas dos estoques das insulinas e de outros medicamentos sensíveis a temperatura, que ficam estocados na Central de Abastecimento Farmacêutico, desta forma evitando um grande prejuízo financeiro. As câmaras a serem adquiridas possuem um tamanho adequado, de no mínimo 700l, tendo a capacidade ideal para armazenar todo o estoque de medicamentos.

A Central de Abastecimento Farmacêutico(CAF) armazena as insulinas e outros medicamentos termolábeis, recebidas da Coordenadoria de Saúde, ficando responsável por todo o estoque do município. Atualmente o estoque das insulinas no CAF, estão sendo acondicionadas em geladeiras domésticas muito antigas e pequenas, sendo insuficiente para a quantidade dos medicamentos que precisam ser armazenados. Sem contar que tivemos um acréscimo na demanda de insulinas em nosso município por parte dos pacientes diabéticos, tendo a necessidade de aumentar o estoque de insulinas no CAF e fomos informados que o Ministério da Saúde, vai incluir mais uma insulina em nossa listagem de medicamentos, a insulina Glargina, sendo imprescindível a aquisição das câmaras frias.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (INCISO II)

A contratação pretendida não está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de São Borja no ano de 2026 tendo em vista que este instrumento de governança ainda está em processo de compilação e adequação do sistema.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DO OBJETO (INCISO III)

A aquisição das câmaras de conservação de medicamentos termolábeis, para a Central de Abastecimento Farmacêutico, buscam ir de encontro com a RDC 430/2020 da Anvisa, que visa garantir a qualidade e segurança dos medicamentos termolábeis, que dispõe sobre os critérios de armazenagem e conservação de maneira segura e em temperatura adequada. Uma refrigeração de qualidade garante a estabilidade da medicação e evita sua degradação, desta forma podemos garantir que a medicação dispensada ao paciente é um medicamento eficaz e seguro para uso.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

Especificações Técnicas do Item:

Câmara para conservação de medicamentos termolábeis com temperatura de 2°C a 8°C, alarmes, discador telefônico e sistema de homogeneização de temperatura. Gabinete externo tipo vertical, construído em chapas de aço inoxidável escovado, que seja tratado para evitar ferrugem, montado sobre chassi metálico e rodízios giratórios traváveis.

Capacidade interna de no mínimo 700 litros.

Gabinete interno construído totalmente em chapa de aço inoxidável, dotado de no mínimo cinco gavetas em aço inoxidável, com perfuração hermética e regulagem de altura.

Iluminação interna através de lâmpadas LED com acionamento automático na abertura da porta, temporizada com acionamento externo com a porta fechada.

Isolamento térmico em poliuretano injetado de alta densidade, com espessura de no mínimo 70 MM.

Porta de vidro triplo, com sistema antiembaçante, vedação através de perfil magnético.

Funcionamento BIVOLT.

Refrigeração através de compressor hermético, com circulação de gás ecológico.

Estabilidade e recuperação rápida de temperatura, após a abertura da porta.

Sistema com degelo automático sem interrupção ou perda da temperatura com evaporação do condensado.

Painel de comando montado na parte superior da câmara, com chave geral, fusíveis de proteção na parte posterior e painel frontal do tipo membrana com teclas soft-touch. Display em LCD com apresentação simultânea das temperaturas de momento, temperaturas mínima e máximas atingidas, ajuste dos parâmetros, sistema de verificação automática da programação, sistema de travamento da programação contra manuseio inadvertido, sistema que restabelece os parâmetros programados mesmo com variação brusca da energia ou desligamento do equipamento, filtro contra ruídos eletromagnéticos. Dotado de sensores tipo NTC.

Faixa de trabalho entre 2°C e 8°C, com ponto fixo em 4°C, ou programável pelo usuário. Registrador de temperatura eletrônico das temperaturas mínima e máxima atingidas, apresentadas no display.

Alarmes de temperatura abaixo de 2°C e acima de 8°C (ou programável pelo usuário), falta de energia elétrica, porta aberta, com tecla de inibição para silenciar o alarme por 15 minutos. Com autonomia do sistema de emergência de até 36 horas na falta de energia ou porta aberta.

Aplicativo para gerenciamento que emite relatórios e gráficos, permitindo o gerenciamento da câmara via internet, acesso via computador ou celular, com interface via USB/PENDRIVE. Que permite suporte técnico remoto para ajustes de programação e configuração. Com dados armazenados criptografados. Sem cobrança de mensalidade.

Termostato instalado em paralelo ao controlador eletrônico da câmara, assumindo automaticamente o controle das funções de comando do compressor de frio sempre que houver falha no comando eletrônico.

Discador com sistema automático que realiza ligações telefônicas para números pré-programados sempre que o equipamento alarmar por temperatura CRÍTICA.

O equipamento deve possuir certificado de calibração do controlador de temperatura.

Deve possuir REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.

Garantia mínima de 12 meses.

Oferecer orientação podendo ser online e sem custo sobre o funcionamento do equipamento.

Deverá ser apresentado manual em português com detalhamento das características da câmara fria cotada.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

A contratação será realizada por meio de licitação para aquisição, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os licitantes deverão demonstrar, por meio de atestados de capacidade técnica, o atendimento das exigências contidas no edital, no que se refere a contratações com outros órgãos públicos ou empresas privadas.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

Os objetos da contratação destinam-se exclusivamente para guarda e conservação dos imunobiológicos.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES (INCISO IV)

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro a necessidade de armazenar todo o estoque de insulinas e de outros medicamentos termolábeis de nosso município na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF).

Neste sentido, seque memória de cálculo:

PROCESSO Nº	OBJETO	CONSUMO (quantidade)	PERÍODO 2026
	Câmara de conservação de insulinas	02	Janeiro/2026

Com o aumento da demanda dos pacientes diabéticos em nosso município em busca de insulinas, foi preciso aumentar o estoque de insulinas na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), sendo assim foi verificada a necessidade da compra de câmaras frias para armazenar todo o estoque de medicamentos recebidos da Coordenadora de Saúde.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES EXISTENTES E VIABILIDADE DE MERCADO, ECONÔMICA E OPERACIONAL (INCISO V E VI)

a) Solução 1

a.1) Viabilidade de mercado: Aquisição de câmaras de conservação de imunobiológico e medicamentos termolábeis.

a.2) Viabilidade econômica: A aquisição destas geladeiras nos trarão a vantagem da garantia de dispensarmos aos pacientes insulinas na temperatura ideal exigida (2°C - 8°C) e também termos a segurança de quando houver queda de energia elétrica de não perdermos os estoque pela mal conservação.

Produto	Fabricante/fornecedor	Quant.	Valor unit.	Valor total
Câmara de conservação de insulinas		02	R\$ 15.430,00	R\$ 30.860,00

a.3) Viabilidade operacional:

Considera-se o fato da necessidade de termos onde acondicionar a grande quantidade de insulinas enviadas pela Coordenadoria de Saúde, pelo aumento de demanda dos pacientes diabéticos e termos a segurança desses medicamentos termolábeis estarem armazenados na temperatura exigida pelo fabricante (2°C - 8°C) garantindo a qualidade da insulina para posterior dispensação aos pacientes.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

6. ANÁLISE E COMPARAÇÃO DAS SOLUÇÕES EXISTENTES E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ELEITA DE ACORDO COM A VIABILIDADE DE MERCADO, ECONÔMICA E OPERACIONAL. (INCISO VII E XIII)

A Central de Abastecimento Farmacêutico necessita providenciar a troca de geladeiras domésticas por equipamento de refrigeração regularizado pela ANVISA. Conforme regulamenta a RDC 430/2020 da ANVISA, que estabelece as Boas práticas de distribuição, armazenagem e transporte de medicamentos no Brasil. Buscando sempre garantir a qualidade da medicação para aos usuários SUS.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (INCISO VIII)

O princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual frente a falta de padronização e uniformização.

Ademais, a existência de mais de uma empresa contratada poderia trazer uma série de transtornos quanto à eventual responsabilização por eventuais sinistros ocorridos.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (INCISO IX)

A aquisição das câmaras frias servirão para garantir o seguimento de dispensação com segurança, em temperatura adequada e em acondicionamento correto, sem risco de sofrerem alteração por problemas na falta de energia elétrica.

9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO (INCISO X)

A Secretaria indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato. A nomeação dos gestores e dos fiscais deverá ser realizada de acordo com a gestão por competências e observar ao princípio da segregação das funções.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (INCISO XI)

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação dos objetos desta proposta.

11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (INCISO XII)

11. Possíveis Impactos Ambientais

11.1. A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, contudo deverão ser observados os seguintes requisitos ambientais:

11.1.1. Os critérios de sustentabilidade exigidos, Art. 5º do Decreto nº. 7.746, de 5 de junho de 2012; Art. 5º do Decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010; Incisos II, III, do Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº.01, de 19 de janeiro de 2010; Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010; Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e subsidiariamente a Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

11.1.2. A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto no artigo 3º da Lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa nº 01 de 19/01/2010/SLTI/MPOG;

11.1.3. Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

11.1.4. Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.

11.1.5. Os fornecedores devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

11.1.6. De acordo com o art. 7º, XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, os licitantes devem ofertar produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar (se for o caso);

11.1.7. Os fornecedores devem optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais.

12. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas informações levantadas ao longo do ETP, declaramos a viabilidade de contratação da solução 1.

Realizadas as tarefas pertinentes ao ETP, encaminho o documento solicitando ciência e aprovação para posterior elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico.

São Borja/RS, 30 de abril de 2026

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
Graciela P. M. Alves
Farm.- Bioquímica CRF/RS 8068

SECRETÁRIO (A) DA PASTA
Sabrina Dornelles Loureiro
Decreto nº 1841/20

() Defiro
() Indefiro

Luiz Rodrigues Machado



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

Prefeito de São Borja/RS